

Assunto: PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA AS ONDAS DE CALOR – 2009
PROCEDIMENTOS

Nº: 08/DA

DATA: 09/07/09

Para: Administrações Regionais de Saúde

Contacto na DGS: Divisão de Saúde Ambiental

No âmbito do Plano de Contingência para Ondas de Calor (PCOC) e na sequência de ajustes que foram introduzidos, no intuito de melhorar a sua operacionalização, torna-se necessário clarificar alguns dos procedimentos relacionados com a implementação do PCOC.

O sistema de previsão, alerta e resposta apropriada no qual o PCOC se baseia, funciona durante o período em que o Plano se encontra activado, de 15 de Maio a 30 de Setembro, devendo estar previamente garantidos os seguintes aspectos:

- Cada Administração Regional de Saúde deve constituir um Grupo de Trabalho Regional integrando responsáveis do Departamento de Saúde Pública e das unidades de saúde da sua área de intervenção, assim como, promover uma articulação interinstitucional com as estruturas distritais de protecção civil e da segurança social e outras entidades que se considerem necessárias;
- É da responsabilidade dos Grupos de Trabalho Regionais a elaboração e implementação dos Planos de Contingência a nível regional, distrital e local, assim como, a identificação dos grupos de população mais vulnerável e a identificação e caracterização de potenciais locais de abrigo. Os Planos de Contingência Regionais devem ser enviados para conhecimento, à Direcção-Geral da Saúde;

- Os Hospitais e os Agrupamentos de Centros de Saúde devem assegurar a elaboração de Planos de Contingência Específicos e proceder ao seu registo na área reservada do sítio da DGS, em formulário próprio, assim como, no final do período de vigência do Plano, preenchendo o formulário de avaliação dos respectivos Planos de Contingência Específicos.

Desde 2006, por Despacho do Senhor Director-Geral da Saúde, a avaliação e gestão do risco para a saúde das populações, passou a ser da responsabilidade das Entidades Competentes de Saúde, a nível regional e local, dado o conhecimento que estas têm das especificidades locais, designadamente geodemográficas e ao nível da disponibilidade de recursos. Compete a essas Autoridades de Saúde definir diariamente os níveis de alerta distritais e coordenar e desencadear as medidas entendidas como necessárias para cada situação.

São definidos três níveis de alerta: **verde** (temperaturas normais para a época do ano), **amarelo** (temperaturas elevadas que podem provocar efeitos na saúde) e **vermelho** (temperaturas muito elevadas que podem trazer graves problemas para a saúde).

A **Direcção-Geral da Saúde**, através da Divisão de Saúde Ambiental, disponibiliza diariamente toda a informação de base necessária à avaliação do risco por parte dos Grupos de Trabalho Regionais, através do formulário electrónico existente na área reservada do sítio da DGS e via e-mail. Essa informação inclui:

- Temperaturas extremas observadas e previstas para o próprio dia e dia seguinte e Índice de radiação ultravioleta (IUV), disponibilizados pelo Instituto de Meteorologia;
- Valores de Índice Ícaro nacional, índice de Lisboa e regionais, enviados pelo Instituto de Saúde Dr. Ricardo Jorge;
- Excedências dos níveis de ozono, por parte das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional;

- Comunicados de ocorrência de incêndios activos, pela Autoridade Nacional de Protecção Civil;
- Índice de qualidade do ar, da Agência Portuguesa do Ambiente.

Após recepção do conjunto dos níveis de alerta distritais, a Divisão de Saúde Ambiental, activa a disponibilização da informação no sítio da DGS na área ‘Especial Verão’.

Sempre que se justifique, a Divisão de Saúde Ambiental participa por videoconferência, no Briefing Técnico Operacional realizado no Comando Nacional de Operações de Socorro, da Autoridade Nacional de Protecção Civil e com o Instituto de Meteorologia.

Em situações que esteja previsto um aumento considerável das temperaturas com potencial impacto na saúde, a Direcção-Geral da Saúde colocará em destaque no seu sítio da internet, toda a informação relevante e recomendações relacionadas com o calor e os efeitos na saúde e, procederá também, à sua divulgação pelas entidades que desenvolvem a sua actividade em proximidade com a população em geral e, principalmente, com os grupos mais vulneráveis aos efeitos do calor na saúde.

Quando forem esperadas consequências muito graves para a saúde da população (alerta vermelho), a Direcção-Geral da Saúde disponibilizará informação às autoridades de saúde regionais via SMS e divulgará um comunicado de imprensa.

Em situação de alerta de nível amarelo ou vermelho é colocada informação em destaque no sítio da DGS e activado em *‘pop-up’* o mapa do país com os níveis de alerta distritais.

Os **Grupos de Trabalho Regionais** definem diariamente o nível de alerta distrital para o dia seguinte com base na informação disponibilizada pela Divisão de Saúde Ambiental, sem prejuízo da análise de outra informação de nível regional e/ou local que considerem pertinente e, desencadeiam as respectivas medidas de actuação. Esses níveis de alerta devem ser comunicados à Divisão de Saúde Ambiental até às 16 horas do próprio dia, via e-mail ou fax.

Em caso de alerta de nível ‘amarelo’ ou ‘vermelho’ compete ao Grupo de Trabalho Regional dar conhecimento aos Agrupamentos de Centros de Saúde, aos Hospitais, às Autarquias, e demais entidades, e activar as medidas consideradas necessárias, em conformidade com o respectivo Plano de Contingência.

Cada Grupo de Trabalho Regional deve, através de e-mail ou fax, informar a Unidade de Apoio à Autoridade de Saúde Nacional sobre eventuais situações directamente relacionadas com o calor, como os casos de óbito, assim como das medidas de actuação implementadas.

Quando houver activação de locais de abrigo, a sua localização deve ser de imediato comunicada à Divisão de Saúde Ambiental.

Os Grupos de Trabalho Regionais devem promover a divulgação de informação ao público em geral e aos grupos mais vulneráveis, no início da implementação do Plano de Contingência para Ondas de Calor e continuamente ao longo do período de vigência do Plano.

Monitorização e avaliação do PCOC

A monitorização do Plano de Contingência para Ondas de Calor 2009 será efectuada com base nos seguintes aspectos: procura de serviços de urgência, de internamento, ocorrências registadas pelas autoridades de saúde, procura do Serviço Saúde 24 e do Instituto Nacional de Emergência Médica, efeitos na mortalidade e das medidas de actuação tomadas no âmbito da implementação do Plano.

A **Direcção-Geral da Saúde**, através da Divisão de Saúde Ambiental, elabora semanalmente, um relatório de avaliação das ocorrências verificadas, com base na informação disponibilizada até à segunda-feira seguinte, pelo Instituto Nacional de Emergência Médica, pelo Instituto de Saúde Doutor Ricardo Jorge, pela Unidade de Apoio às Emergências em Saúde Pública, pelo Centro de Atendimento do Serviço

Nacional de Saúde (Serviço Saúde 24) e pela Unidade de Apoio à Autoridade de Saúde Nacional.

Desse relatório semanal é realizado um comunicado de imprensa disponibilizado no sítio da DGS.

Mensalmente, a Divisão de Saúde Ambiental, reúne um conjunto de informação por parte de todas as entidades intervenientes no Plano e elabora um relatório do qual é dado conhecimento à Senhora Ministra da Saúde e às Administrações Regionais de Saúde.

No final da vigência do Plano, a Divisão de Saúde Ambiental elabora um relatório final de avaliação da execução do Plano de Contingência para Ondas de Calor para posterior envio à Senhora Ministra da Saúde, até final de Dezembro.

Cada **Grupo de Trabalho Regional** deve elaborar mensalmente um relatório que inclua todas as ocorrências relacionadas com potenciais efeitos do calor, assim como, os níveis de alerta definidos nesse período e as respectivas medidas tomadas, e proceder ao seu envio à Divisão de Saúde Ambiental, até ao final da primeira semana do mês seguinte.

No final de vigência do Plano, os Grupos de Trabalho Regionais devem enviar, até final de Outubro, os respectivos relatórios finais de avaliação da execução dos Planos de Contingência a nível regional, com indicação das medidas tomadas durante o período de vigência, ocorrências potencialmente relacionadas com o calor, dificuldades sentidas e sugestões para o ano seguinte, entre outros aspectos considerados relevantes.

O Director-Geral da Saúde



Francisco George